



VINHEDO

PREFEITURA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 054/2024 – REPUBLICAÇÃO

DISPENSA COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.860/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE URBANA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

DATA PARA ENVIO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS: Do dia 20/08/2024 até 27/08/2024

DATA E HORA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 27/08/2024 das 09:00h até 10:00h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br>

O MUNICÍPIO DE VINHEDO torna-se público que realizará DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 341/2023 (disponível para consulta no mesmo endereço eletrônico indicado no preâmbulo), Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar nº 147/14 e demais legislações e normas aplicáveis, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa visando a contratação de empresa para serviço de remoção e guarda de veículos nos logradouros públicos e vias do Município de Vinhedo, de acordo com o Termo de Referência e demais anexos;
- 1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

LOTE ÚNICO – JULGAMENTO GLOBAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR ESTIMADO MÉDIO
1	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 3 - CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS	2	UN	R\$ 542,00
2	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 4 - ÔNIBUS E CARRETAS	2	UN	R\$ 587,61
3	REMOÇÃO VEÍCULOS DO TIPO 1 - VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS E SIMILARES	30	UN	R\$ 333,46
4	REMOÇÃO VEÍCULOS TIPO 2 - MOTOS, MOTOCICLOS E SIMILARES	100	UN	R\$ 280,96
5	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS MOTOS E ASSEMBLHADOS	300	DIÁRIA	R\$ 40,83
6	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS PESADOS	5	DIÁRIA	R\$ 84,03
7	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS UTILITÁRIOS	100	DIÁRIA	R\$ 46,33

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através do endereço eletrônico www.licitavinhedo.presconinformatica.com.br;
- 2.2. O procedimento será divulgado no site da Prefeitura de Vinhedo, no Portal de Transparência do Município de Vinhedo - SP, no portal de compras do município de Vinhedo onde será realizada a sessão e no PNCP Portal Nacional de Compras Públicas.
- 2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;
- 2.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - 2.4.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu (s) anexo (s);



VINHEDO

PREFEITURA

- 2.4.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.4.3.** Que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - 2.4.3.1.** Autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.4.3.2.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.4.3.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.4.3.4.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.4.3.5.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6;404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.4.3.6.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.4.3.7.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
 - 2.4.3.8.** O disposto no item 2.4.3.1 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 2.5.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.6.** Sejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com toda a administração pública nos termos do § 5º do Art. 156, da Lei 14.133/21;
- 2.7.** Sejam declaradas impedidas ou suspensas para licitar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal de Vinhedo;
- 2.8.** Estejam sob falência decretada, concordata, dissolução, liquidação ou que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, exceto se apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste Edital, nos termos da Súmula 50 do TCE/SP;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1.** O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial e inclusão do anexo II, na forma indicada no item 2 e seus subitens;
- 3.2.** O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, cadastrará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, incluindo também o anexo II, conforme previsto no item 3.1, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;
- 3.3.** No cadastramento da proposta – formulário eletrônico constante do sistema - não poderá conter informações que possam identificar o participante – devendo conter apenas a indicação da VALOR UNITÁRIO DO ITEM - observando as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na folha de rosto.
- 3.4.** Após o cadastramento citado no item 3.3, deverá ser anexado o arquivo com a proposta inicial do participante conforme o modelo apresentado no Anexo II;



VINHEDO

PREFEITURA

- 3.5. A não apresentação do arquivo com a proposta inicial, prevista no item 3.4, implicará na desclassificação do participante.
- 3.6. A proposta inicial anexa ao sistema, conforme previsto no item 3.4, somente será disponibilizada para consulta após o encerramento da fase de lances, de forma que o seu preenchimento não implicará na identificação ilícita prevista no item 3.3.
- 3.7. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 3.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou descontos ofertados, vinculam a Contratada;
- 3.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- 3.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.11. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- 3.12. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 3.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- 3.14. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.15. Ao efetuar o cadastro no sistema, a empresa participante declara sua concordância com os seguintes termos:
 - 3.15.1. Declara que conhece e concorda com todas as regras do edital;
 - 3.15.2. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
 - 3.15.3. Declaração que até a presente data a inexistência de fatos impeditivos par a habilitação do presente processo de dispensa de licitação;
 - 3.15.4. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.15.5. Declara de enquadramento de ME/EPP/MEI ou não;
 - 3.15.6. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.16. Declaram ainda de forma tácita que:
 - 3.16.1. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
 - 3.16.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;
 - 3.16.3. Declaro, sob as penalidades da lei, que todos os documentos apresentados pela empresa são autênticos e não foram falsificados de forma alguma. Estou ciente das consequências legais de apresentar documentos falsos e afirma que todas as informações contidas nesses documentos são verdadeiras e precisas;
 - 3.16.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.
- 3.17. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.



VINHEDO

PREFEITURA

- 3.17.1.** Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
- 3.17.2.** Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
- 3.17.3.** O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.17.4.** Durante a etapa de lances, as empresas participantes terão sua identificação em caráter sigiloso, sendo aberto para todos inclusive para ao agente de contratação somente ao final da etapa de lances.

4. FASE DE LANCES

- 4.1.** A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.3.** O lance deverá ser ofertado pelo menor preço global.
- 4.4.** O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.5.** O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.
- 4.6.** Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.7.** Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.8.** Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.9.** Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.10.** O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1.** Encerrada a fase de lances, o sistema disponibilizará a proposta anexada inicialmente, e será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, torna-se imperativa a realização de negociações visando à obtenção de condições mais favoráveis, as quais poderão equivaler ou ser inferior ao montante estimado.
- 5.3.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.
- 5.4.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.5.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 5.6.** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao participante a readequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos de habilitação, na forma do disposto no item 6 e seus subitens.
- 5.7.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.** Será desclassificada a proposta vencedora que:



VINHEDO

PREFEITURA

- 5.8.1. Contiver vícios insanáveis;
- 5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 5.9.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
 - 5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;
- 5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Após análise da compatibilidade da proposta inicialmente anexada no sistema, conforme exigência do item 3.4 do instrumento convocatório, será concedido o prazo de 1(uma) hora para envio da proposta readequada, nos termos do Anexo II, e dos documentos de habilitação elencados no item 6.11 e 6.12 e seus respectivos subitens deste instrumento.
- 6.2. O NÃO ENVIO DA PROPOSTA FINAL READEQUADA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO acarretará na **desclassificação da proposta vencedora**, sem prejuízo das sanções previstas, passando-se assim, para a próxima participante classificada.
- 6.3. Os proponentes deverão enviar a proposta readequada e os documentos de habilitação exclusivamente por meio de digitalização no endereço eletrônico <https://licitavinhedo.presconinformatica.com.br>
- 6.4. Os documentos de habilitação deverão estar dentro de seu prazo de validade ou, quando não especificada a validade, serem expedidos no máximo com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias.
- 6.5. Os documentos necessários à participação na presente dispensa, bem como os documentos referentes à Habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente;
- 6.6. Quaisquer documentos necessários à participação na presente dispensa de licitação apresentados em idioma estrangeiro, deverão ser traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.



VINHEDO

PREFEITURA

- 6.7. Os documentos de habilitação da participante previstos nos itens 6.11 e 6.12 poderão ser apresentados originais ou cópias legíveis, conforme dispõe o inciso I do artigo 70 da Lei 14.133/2021;
- 6.8. Os documentos produzidos pela participante (declarações e proposta) poderão ser assinados fisicamente ou por meio de assinaturas digitais (preferencialmente), conforme dispõe o §2º do artigo 12 da Lei 14.133/2021;
- 6.9. A veracidade dos documentos encaminhados em formato digital, será presumida pela apresentação do Anexo III deste edital;
- 6.10. Em caso de dúvidas quanto a autenticidade dos documentos, declarações e/ou propostas apresentadas pela participante, poderá ser realizada diligência com solicitação da apresentação dos originais ou cópia autenticadas dos documentos - sendo aceitas autenticação por cartório, permitidas as autenticações digitais, ter a declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal (inciso IV do artigo 12 da Lei 14.133/2021) ou autenticados por servidores públicos – em prazo a ser informado pelo(a) agente de contratação para a comprovação de sua veracidade.

6.11. HABILITAÇÃO JURÍDICA – DOCUMENTAÇÃO

- 6.11.1.Registro comercial, no caso de empresa individual – Constituição e última alteração quando houver;
- 6.11.2.Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado da última alteração, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, além do estatuto e alterações subsequentes, a participante deverá apresentar a documentação relativa à eleição de seus administradores;
- 6.11.3.Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício;
- 6.11.4.Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir;
- 6.11.5.As empresas previamente cadastradas junto ao Município de Vinhedo, poderão apresentar, em substituição aos documentos exigidos nos itens 6.12.1 a 6.12.6, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) válido emitido pela Prefeitura Municipal de Vinhedo, atendendo o que dispõem os artigos 62 a 69, da Lei Federal nº 14.133/21, sendo que se conter documento com validade vencida, o mesmo deverá ser renovado e apresentado com validade em vigor, juntamente com o CRC;
- 6.11.6.Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, se a participante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.12. REGULARIDADE FISCAL E DECLARAÇÕES

- 6.12.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 6.12.2.Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da dispensa de licitação;
- 6.12.3.Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a Tributos Mobiliários, expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado;
- 6.12.4.Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Seguridade Social), alterada pela Portaria nº 443/10/2014 do Ministério da Fazenda;
- 6.12.5.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do CRF – Certificado de Regularidade FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei, permitindo a apresentação de certidões positiva com efeito de negativa;
- 6.12.6.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa a débitos trabalhistas (conforme redação do inciso V e § 2º do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021);



VINHEDO

PREFEITURA

6.12.7. Na hipótese de não constar prazo de validade nas Certidões apresentadas, serão válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de cadastramento das propostas.

6.12.8. Apresentação da Declaração de Veracidade dos Documentos de Habilitação, conforme modelo constante no Anexo III.

7. DOCUMENTOS TÉCNICOS A SEREM APRESENTADOS PELA PARTICIPANTE HABILITADA

7.1. Após verificado o atendimento dos critérios de habilitação, a participante detentora do menor valor classificado deverá apresentar no prazo de 03 (três) meses após a declaração de habilitação, através de campo próprio, a ser liberado no sistema LicitaVinhedo pelo agente de contratação:

7.1.1. Comprovante de propriedade do imóvel onde serão acondicionados os veículos, sendo que, no caso do imóvel não ser do próprio licitante, deverá ser apresentado o respectivo contrato que conferirá ao contratado o direito de uso da área (compromisso de compra, locação ou qualquer outro instrumento similar), o qual deverá ter a mesma vigência do contrato dos serviços do presente Termo.

7.1.2. O alvará municipal de funcionamento e AVCB (Corpo de Bombeiros) dentro de seu prazo de validade;

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a autorização da dispensa eletrônica a contratação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital como Anexo VI.

8.2. A vencedora será convocada, formalmente, para assinatura do Contrato e do Termo de Ciência e de Notificação, por seu representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

8.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da vencedora e aceite da Administração.

8.4. A vencedora se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na Dispensa Eletrônica, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no aviso de dispensa de licitação.

8.5. A celebração do termo de contrato, firmará o compromisso para a contratação entre as partes com vigência definida no Anexo I – Termo de Referência, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que atendidos os termos da legislação vigente.

8.6. Se, por ocasião da formalização do contrato, as Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa, relacionadas nos itens 6.11.3 ao 6.11.6 que estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura Municipal de Vinhedo verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.7. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a vencedora será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovarem a situação de regularidade de que trata o item 7.6 mediante a apresentação das respectivas certidões com prazos de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar.

9. DO PRAZO PARA INÍCIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1. O início da prestação de serviço deverá ser após assinatura do contrato e recebimento da ordem de serviço, seguindo todos os elementos descritos no Anexo I - Termo de Referência.

9.2. No valor da contratação, deverão estar inclusos todos os custos de transporte, impostos, embalagens e frete e não será admitido nenhum custo adicional além do proposto inicialmente.

9.3. Realizados os serviços, esses serão recebidos:

9.3.1. Provisoriamente: para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação contida no Anexo I - Termo de Referência;

9.3.2. Definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidades do objeto e consequente aceitação, que ocorrerá expressa ou tacitamente, depois de decorridos 24 (vinte e quatro) horas da data do recebimento provisório.



VINHEDO

PREFEITURA

- 9.4. Fica assegurado à **PREFEITURA** o direito de rejeitar, no todo ou em partes, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas no aviso de dispensa e seus anexos sem o prejuízo das penalidades cabíveis, ficando a contratada obrigada a reposição e/ou refazimento dos serviços irregulares ou em desconformidade, conforme apontado pela Secretaria Requisitante, sem ônus para a **PREFEITURA**.
- 9.5. Serão de responsabilidade da contratada todos os serviços correlatos essenciais para a execução do objeto desta presente dispensa de licitação.
- 9.6. Ocorrendo qualquer problema na execução do contrato, a contratada deverá comunicar imediatamente por escrito à PREFEITURA.

10. DO LOCAL DE ENTREGA/EXECUÇÃO

- 10.1. O objeto desta dispensa deverá ser entregue/executado conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 11.1.1. Dar causa à **inexecução parcial** do contrato;
 - 11.1.2. Dar causa à **inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3. Dar causa à **inexecução total** do contrato;
 - 11.1.4. **Deixar de entregar a documentação** exigida para o certame;
 - 11.1.5. **Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;**
 - 11.1.6. **Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação** exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.7. **Ensejar o retardamento** da execução ou da entrega do objeto da dispensa **sem motivo justificado;**
 - 11.1.8. **Apresentar declaração ou documentação falsa** exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
 - 11.1.9. **Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;**
 - 11.1.10. **Comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 11.1.11. **Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.**
 - 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. Advertência pela falta prevista no subitem 10.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 11.2.2. Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) serviço(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
 - 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Contratante.
- 11.5. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 11.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 11.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 11.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica/pessoa física, com ou sem a participação de agente público.
- 11.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.10. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será **cobrada judicialmente**.
- 11.12. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 11.14. A personalidade jurídica do Contratado **poderá ser desconsiderada** sempre que utilizada com **abuso do direito** para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica **serão estendidos aos seus administradores e sócios** com poderes de administração, à **pessoa jurídica sucessora** ou à **empresa do mesmo ramo** com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 11.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

- 12.1. Informações complementares poderão ser obtidas junto à CONTRATANTE a partir da divulgação da Dispensa Eletrônica. Qualquer dúvida deverá ser direcionada por meio do seguinte e-mail: alves.edison@vinhedo.sp.gov.br, assegurando, dessa forma, a formalidade do documento para ambas as partes.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados, a Administração poderá:
- 13.1.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;
- 13.1.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 13.1.3. A providência do subitem 12.1.1 poderá ser utilizada se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados.



VINHEDO

PREFEITURA

- 13.2.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 13.3.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 13.4.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 13.5.** Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 13.6.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 13.7.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.8.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 13.10.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 13.11.** Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.11.1.** Anexo I - Termo de Referência.
 - 13.11.2.** Anexo II – Modelo de Proposta.
 - 13.11.3.** Anexo III - Modelo de declaração de veracidade dos documentos de habilitação.
 - 13.11.4.** Anexo IV – Termo de Ciência e de Notificação;
 - 13.11.5.** Anexo V – Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP;
 - 13.11.6.** Anexo VI – Minuta de Contrato.

Vinhedo, 20 de Agosto de 2024

Edison Luis Alves
Agente de Contratação

Alfredo Carlos São José Junior
Diretor de Licitações



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP): () Sim (X) Não				
1. Objeto				
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO				
Item	Quantidade	Descrição/Especificação	Código do objeto	Descrição/Especificação
01	2	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 3 - CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS	41.55.7	Conforme Termo de referência abaixo
02	2	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 4 - ÔNIBUS E CARRETAS	41.55.8	Conforme Termo de referência abaixo
03	30	REMOÇÃO VEÍCULOS DO TIPO 1 - VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS E SIMILARES	42.10.148	Conforme Termo de referência abaixo
04	100	REMOÇÃO VEÍCULOS TIPO 2 - MOTOS, MOTOCICLOS E SIMILARES	42.10.149	Conforme Termo de referência abaixo
05	300	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS MOTOS E ASSEMBLHADOS	41.90.1106	Conforme Termo de referência abaixo
06	5	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS PESADOS	41.90.1107	Conforme Termo de referência abaixo
07	100	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS UTILITÁRIOS	41.90.1101	Conforme Termo de referência abaixo



VINHEDO

PREFEITURA

2. Justificativa:

Os serviços objetos da presente CONTRATAÇÃO visam atender as atribuições do Município de Vinhedo, estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, artigo 24 especialmente os incisos V e VI.

A contratação visa cumprir os requisitos da legislação, especialmente autorizado pela Lei Municipal n.º 4.202, de 27 de junho de 2023, Lei Complementar Municipal n.º 209, de 21 de setembro de 2023, e do Decreto Municipal n.º 246, de 07 de agosto de 2023, e, Decreto Municipal n.º 298, de 22 de setembro de 2023, auxiliando a Secretaria Municipal de Defesa e Mobilidade Urbana, com o intuito de diminuir o número de veículos circulando em desacordo com a legislação de trânsito, possibilitando assim, maior segurança e, consequentemente qualidade de vida dos cidadãos do Município.

A guarda e depósito de veículos apreendidos em decorrência da fiscalização, é de responsabilidade precípua do Município, todavia, a Administração Pública foi autorizada pela Lei Municipal nº 4.202, de 27 de junho de 2023, a delegar este serviço a pessoa jurídica mediante processo licitatório para contratação da prestação dos serviços públicos.

Tal contratação permitirá regularizar e aperfeiçoar os serviços no Município e contribuir para o incremento das ações de fiscalização do trânsito, de forma a construir um trânsito mais seguro. A meta de redução de mortes e acidentes no trânsito é uma política global, conforme definido na meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas, o Estado de São Paulo.

Os veículos autuados serão removidos para a área do pátio da empresa prestadora dos serviços de remoção, serão guardados de forma segura e vigiada, ficando à disposição de seus proprietários, da Justiça ou do próprio Estado, conforme o caso.

Os serviços serão concebidos de forma que o atendimento ao usuário se dê em um único local, diminuindo o conjunto de deslocamentos verificados pelos usuários do atual modelo.

É oportuno destacar que a legislação vigente, estabelece determinado prazo para regularizar a situação dos veículos depositados e decorrido o prazo sem solução, o ente público poderá levar a leilão, transformando o produto da venda em receita.

Os serviços da contratação obedecerão às regras contidas na legislação de regência, como também as diretrizes constantes deste Projeto.

3. Descrição da Solução:

A contratação de um pátio busca resolver diversos aspectos cruciais, incluindo a garantia de conformidade com a legislação vigente, a disponibilidade de uma infraestrutura específica adaptada para esse tipo de serviço, a assunção de responsabilidade por possíveis danos aos veículos, a presença de funcionários devidamente capacitados, a eficiente gestão dos custos operacionais, a seleção estratégica da localização e a agilidade no atendimento aos usuários.

Esses elementos são peças-chave para assegurar não apenas a aderência aos requisitos legais, mas também para proporcionar uma operação eficaz e alinhada com as expectativas dos usuários e as demandas do mercado.

4. Prazo de Entrega/Execução do Objeto e/ou Serviço:

Prazo do contrato – 12 meses a partir do recebimento da ordem de serviço, podendo ser prorrogado conforme Lei de Licitações.

Prazo de início: em até 3 meses a partir da declaração de habilitação do vencedor da dispensa.

5. Local de Entrega do Objeto ou da Prestação de Serviços:

Preferencialmente estar localizado no território de Município de Vinhedo ou estar localizado numa distância máxima de 25 quilômetros, a considerar a Prefeitura de Vinhedo como ponto focal.



6. Requisitos da Contratação

1. CONCEITOS

Serão considerados para efeito deste termo de referência:

- PATIO ou Depósito. É o local destinado à guarda dos veículos infratores recolhido.
- REMOÇÃO-A remoção é o deslocamento do veículo, do local da infração ao pátio (depósito) ou a qualquer unidade pública designada pela autoridade.
- LEILÃO é o procedimento utilizado para venda dos veículos custodiados, conforme previsto no artigo nº 328 da Lei Federal 9.503/97 e regulamentado complementarmente pela legislação de regência.
- SUPORTE A FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO é o conjunto de ações de instrumentalização da ação fiscalizadora, sem usurpação da competência do poder de polícia do Estado.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 DO DEPÓSITO

Preferencialmente estar localizado no território de Município de Vinhedo ou estar localizado numa distância máxima de 25 quilômetros, a considerar a Prefeitura de Vinhedo como ponto focal.

A Contratada deverá disponibilizar área mínima de 1.500m². A área da contratada deve possuir topografia plana ou levemente inclinada, sem crateras, abismos, depressões, ou quaisquer acidentes geográficos que dificultem a operação, atender as legislações municipais de uso e ocupação do solo, como também a legislação ambiental.

O pátio deverá possuir condições adequadas de localização e acessibilidade aos cidadãos que deverão retirar veículos, deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

Ser acessível por via pública, sem obstáculos à circulação, como também o local deverá ser atendido por transporte coletivo de passageiros.

2.2. INFRAESTRUTURA mínima do depósito.

2.2.1. Sistema que proíba a transposição do seu perímetro, através de:

Local com muro estruturado, alambrado ou cerca, dotado de sistema que proíba a transposição no seu cume (concertina, sensores, barreira ou cerca elétrica).

2.2.2. Sistema de drenagem das águas pluviais:

Sistema para coleta e escoamento das águas provenientes das chuvas, como também sistema de descarte adequado das águas coletadas, de forma a não ocorrer erosão no terreno e inundações aos veículos custodiados.

2.2.3. Sistema de estocagem e circulação interna:

O terreno destinado a estocagem e circulação deverá ser preparado de forma a atender as seguintes especificações:

As vias internas de circulação deverão ser pavimentadas em concreto, asfalto, piso intertravado de espessura de 7cm, terra batida ou terra batida com britas assegurando a boa circulação;

As áreas de estocagem deverão possuir acesso restrito, de forma a preservar a incolumidade dos bens armazenados;

Os veículos deverão ser dispostos em vagas, com as seguintes características mínimas:

- Um conjunto de vagas dispostos no mesmo polígono, terá denominação de quadra, as quadras deverão ser estruturadas no sentido de mitigar riscos, portanto obedecerão às seguintes diretrizes:



- As quadras de automóveis, utilitários e mistos deverão ter distância mínima entre si em todas as confrontantes de 1 metro.

- As quadras de motocicletas deverão ter distância mínima entre si em todas as confrontantes de 1 metro. As quadras destinadas a motocicletas deverão estar locadas no centro do pátio.

O pátio deverá possuir área específica para colocação e exposição dos veículos que serão objeto de leilão, de modo que os compradores tenham acesso a referida área para visitação.

2.2.4. Sistema de mitigação de riscos e combate a incêndio

O pátio deverá possuir extintores de PQS (p  químico), classe ABC, na proporção de 1 kg para 10 vagas de veículos.

Também deverá ser atendido todas as normas regulamentares de combate a incêndio estipuladas pelo Corpo de Bombeiros.

2.2.5. Sistema de segurança iluminação

O pátio deverá possuir sistema de iluminação, composto de postes e luminárias. O sistema de iluminação deverá possibilitar a aferição de mínima de 10 LUX.

2.2.6. Sistema de segurança

Deverá ser mantido serviço de vigilância com 1 guarda no horário das 18h00 às 06h00 e câmeras com sistema de gravação 24 horas por dia, durante todos os dias da semana.

O sistema de CFTV ou tecnologia similar deverá permitir o monitoramento em tempo real, local e remoto via web, gravação contínua, através de câmeras digitais coloridas de alta resolução com no mínimo (540 linhas) do tipo true day /night, com sensibilidade   iluminação de 0,3 lux ou tecnologia similar, lente auto-íris varifocal 2,5 - 10,0 mm DC ou tecnologia similar, instaladas em pontos estratégicos que possibilitem a visualização de todo perímetro do(s) depósitos, da entrada e saída de veículos, área de vistoria dos veículos, áreas de estacionamento os veículos e área de atendimento ao público.

O sistema de CFTV ou tecnologia similar, deverá ser composto de câmeras, gravador de vídeo digital, monitores de vídeo de LCD ou similar com no mínimo de 17" e demais componentes necessários à sua operação.

A Secretaria Municipal de Defesa e Mobilidade Urbana a qualquer momento poderá solicitar as imagens gravadas dentro do prazo de preservação estipulado acima, ou solicitar a interligação das câmeras ao seu Centro de Controle Integrado – COI.

2.2.7. Edificações

O pátio deverá ser estruturado de forma a possuir:

- no mínimo 3 vagas de estacionamento para visitantes, banheiros para usuários (mulheres e homens) com adaptação a deficiente físico, banheiros para funcionários (mulheres e homens),
-  rea de atendimento,
-  rea administrativa,
-  rea de arquivo de documentos da contratação,
-  rea de vistoria de veículos coberta,
-  rea de gravação das imagens coletadas pelo sistema de monitoramento,



2.3. DOS REBOQUES / GUINCHOS

2.3.1. Dos quantitativos e das especificações mínimas, dos equipamentos necessários a execução dos serviços de remoção:

- 02 (dois) caminhões tipo guincho leve, equipados com plataforma e asa delta hidráulicas, com altura aproximada da plataforma até o solo de 1,20 m;

- Possibilitar o transporte de no mínimo 8 (oito) motocicletas de porte pequeno sobre a plataforma.
- Possibilitar a remoção e deslocamento com segurança de veículos com peso até 2.500 (dois mil e quinhentos) quilos colocados sobre plataforma deslizante do guincho.
- Possibilitar a remoção de veículos abertos ou fechados, utilizando neste caso, dispositivo que possibilite sua colocação sobre a plataforma do guincho, sem contato com o solo.
- Possuir dispositivos luminosos intermitentes ou rotativos, preferencialmente na cor vermelha ou laranja;

- 01 (um) caminhão tipo guincho lança 0.

- Possuir dispositivos luminosos intermitentes ou rotativos, preferencialmente na cor vermelha ou laranja;

- Cada reboque deverá ser dotado, no mínimo, com os seguintes itens:

- 01 (um) macaco com capacidade mínima de 1 tonelada.
- Sistema de patins ou similar, que acomodem as rodas dos veículos de forma segura e permita a retirada do veículo trancado do local da remoção;
- Mínimo de 05 (cinco) cones refletivos com altura de no mínimo 70 cm, cores laranja e branca preferencialmente, sendo a branca em película refletiva de grau técnico, para sinalização viária;
- Aparelho tipo smartphone ou tablete, 4G ou 5G, equipado com câmera de comprimento focal mínimo de 28mm, GPS; memória mínima de 4GB.

- Todos os veículos disponibilizados pela CONTRATADA deverão estar em perfeitas condições de utilização e atenderem a todos os requisitos legais e de segurança previstos pela legislação pertinente.

- A Contratada poderá disponibilizar veículos de marca, potência e cilindrada à sua escolha, desde que sejam cumpridas as exigências mínimas contidas no Edital e nos respectivos Anexos.

- Os veículos deverão ser dotados de tacógrafos, cujos discos deverão ser trocados periodicamente.

- Todos os veículos rebocados serão de responsabilidade do CONTRATADO até a retirada.

3. DA ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO

3.1. A administração e gerenciamento dos serviços engloba a coordenação, a gestão e responsabilização civil (contratada) e criminal (do funcionário gestor da contratada) por todas as rotinas administrativas e operacionais destinadas a execução dos serviços ora licitados.

4. DA OPERAÇÃO

4.1. A execução dos serviços operacionais objetos da presente licitação foram subdivididos nos seguintes grupos:

- remoção;



- vistoria;
 - guarda e vigilância;
 - atendimento ao usuário;
- Conferencia documental para entrega do veículo,
 - Emissão de documentos pertinentes ao atendimento,
 - Recebimento da guia de pagamento das tarifas, através de cartão de débito e paypal;
 - entrega do veículo e atendimento aos usuários;
 - preparação de leilão, mediante prévia autorização da Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana do Município de Vinhedo;
 - procedimentos pós leilão;
 - entrega dos veículos leiloados;

4.2. DA REMOÇÃO

- 4.2.1. Os serviços de guinchamento serão executados por um motorista guincheiro, devidamente qualificado e habilitado ao tipo de reboque operado.
- 4.2.2. O procedimento de remoção de veículos SEMPRE será acompanhado por um Agente da Autoridade de Trânsito, que autorizará o início da execução dos procedimentos, bem como avaliará as condições mínimas de segurança das operações.
- 4.2.3. Na hipótese de não ser possível utilizar-se do recurso do reboque para deslocar o veículo ao depósito, qualquer outro meio usado pelo CONTRATADO será de sua estrita responsabilidade do mesmo, devendo-se ser obedecido todos os critérios de habilitação segurança e seguro do bem previstos para o serviço de reboque.
- 4.2.4. O tempo Máximo para o atendimento da solicitação de remoção será de até 30 (trinta minutos) respeitado o quantitativo mínimo de veículos disponibilizados.
- 4.2.5. O veículo em processo de remoção deverá permanecer fechado, sempre que possível.
- 4.2.6. No local da remoção o veículo deverá ser fotografado em todos ângulos de forma a ser documentada as condições do veículo no local da recolha, tal procedimento deverá ser realizado antes de do içamento do veículo ao guincho.
- 4.2.7. Após o respectivo guinchamento do veículo a ser recolhido, deverá ser feita a amarração da carga de modo a assegurar a integridade da mesma.
- 4.2.8. Nas remoções de solo, as quais os veículos estão trancados e travados, deverá ser usado sistema de patins para o içamento do veículo a plataforma e repetido o procedimento na descarga.
- 4.2.9. As remoções de veículos pesados com diferencial traseiro, onde apenas há possibilidade de içamento frontal deverá ser procedido o respectivo desacoplamento do eixo cardam de modo a não ocorrer avarias ao sistema de transmissão do veículo.
- 4.2.10. Receber da autoridade a respectiva guia do recolhimento do veículo, documento indispensável a remoção do veículo.
- 4.2.11. Entregar ao setor de vistoria do pátio a guia de recolhimento com as fotos do local da remoção.



4.3. DA VISTORIA DOS VEÍCULOS

4.3.1. Recepcionar os documentos da recolha, anexar à respectiva vistoria realizada e enviar os dados ao setor de atendimento e documentação do pátio.

4.4. DA GUARDA DOS VEÍCULOS

4.4.1. Vagar o veículo no depósito.

4.4.2. Registrar no sistema a entrada do veículo removido ou apreendido.

4.4.3. Manter a incolumidade do veículo depositado

4.4.4. Manter restrito o acesso de pessoas não autorizadas as áreas de guarda dos veículos.

4.5. DA ENTREGA DO VEÍCULO E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

4.5.1. Recepcionar os usuários dos serviços e conferir a documentação abaixo especificada indispensável para a entrega dos veículos:

- Termo de Liberação do Veículo - TLV, emitido pelo órgão responsável pela respectiva liberação.
- Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV (vigente, conforme legislação);
- Carteira Nacional de Habilitação, CNH, Permissão para Dirigir ou Documento de Identidade da pessoa que figura como autorizada a proceder o recebimento do veículo, conforme estabelecido no TVL.

4.5.2. Caso ocorra representação, o representante deverá estar constituído com procuração pública ou privada e com firma reconhecida em cartório por verdadeira.

4.5.3. Caso o veículo pertença a uma personalidade jurídica deverá ser apresentado ainda:

- Original ou cópia autenticada do documento da empresa que confira os poderes de representação da sociedade, deverá ser verificado os termos de representação da personalidade jurídica, acompanhada de certidão de breve relato do órgão responsável pelo registro ou Comprovante de Pagamento de IPVA e Seguro DPVAT, conforme calendário de pagamento do DETRAN, da respectiva UF, de licenciamento do veículo;

4.5.4. E ainda, deverão ser apresentadas para liberação:

- Comprovante de pagamento de multa(s) vencida(s) constante(s) no sistema, até à data da liberação do veículo;
- Conferir documentação conforme determinação da contratante (selos de cartórios, procurações, autenticidade de documentos, etc.).

4.5.5. Ao receber do proprietário ou do seu procurador a guia de arrecadação, devidamente paga, o atendente deverá tirar uma cópia para constar na pasta do veículo, procedendo da seguinte forma:

- Arquivar no processo do veículo as respectivas cópias, do documento de identificação do usuário que proceder a liberação, do CRLV do veículo e original do TLV (termo de Liberação de Veículo).
- Encaminhar o usuário atendido ao setor operacional de liberações.
- Repassar os processos de entrega, devidamente conferidos e montados, para validação por parte do superior responsável.
- Liberar o veículo depois de cumpridas as exigências supracitadas (liberação administrativa)
- Observar rigorosamente os horários de atendimento ao público e acesso às dependências do pátio.



4.6. DO LEILÃO

4.6.1. Referido procedimento só poderá ser realizado mediante prévia autorização da Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana do Município referente os veículos sob sua responsabilidade, devendo a Contratada Instrumentalizar o PREFEITURA nas atividades de leilão, da seguinte forma:

- Obter do Contratante as informações cadastrais dos veículos recolhidos a mais de 30 dias.
- Indicar e supervisionar o trabalho de leiloeiro habilitado para a realização da respectiva sessão pública, de modo que se atinja os melhores preços de venda, sendo a contratação do Leiloeiro de responsabilidade da PREFEITURA.
- Supervisionar junto ao PREFEITURA o trabalho dos profissionais habilitados para realizar a avaliação dos veículos nos aspectos econômicos e de segurança veicular.
- Providenciar lista de baixa dos veículos leiloados sem direito a documentação, para encaminhar ao órgão de trânsito responsável pelo respectivo cadastro do veículo, para realização da baixa cadastral.
- Elaborar, com a participação da PREFEITURA, Planilha de Débitos dos veículos a serem leiloados, na qual deverão constar todos os débitos: de remoção, estadia, tributos e multas;
- Realizar os trabalhos de retirada de parte da identificação dos veículos leiloados como sucata.
- Preparar os veículos com vistas a visita dos compradores, identificando com número de lote, separando os veículos a serem visitados dos demais ainda estocados.
- Auxiliar nos procedimentos pós leilão.
- A receita do leilão pertencerá à PREFEITURA.

4.7. DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.7.1. Implantação do Sistema de informática integrado ao Município capaz de disponibilizar dados gerenciais de todas as etapas da execução dos serviços e de identificação do veículo removido, contendo no mínimo, as seguintes características:

- Registrar e controlar todos os dados referentes às infrações de trânsito, no momento da remoção ou apreensão;
- Registrar controlar todos os dados referentes à entrada de veículos no Pátio de retenção, visando principalmente, identificar as responsabilidades por eventual dano;
- Manter o controle das vagas;
- Gerar Relatórios das remoções por intervalo de data;
- Gerar relatórios dos veículos mantidos sob guarda do pátio e não retirados – estoque acumulado;
- Gerar, controlar e emitir guias de recolhimento para pagamento de despesas de remoção, estadias no pátio de retenção e tarifas diversas;
- Gerar, controlar e emitir extratos de débitos relativos às despesas com remoções, estadias;
- Possibilitar a segurança nas informações armazenadas no banco de dados;
- Otimização dos procedimentos administrativos com incremento de produtividade;
- Padronização de todas as etapas do processo;
- Aprimoramento no atendimento ao cidadão;



- Tempo de atendimento da remoção, a partir do acionamento até a entrada do veículo no depósito;
- Distância percorrida pelo reboque entre o acionamento e a entrada do veículo no reboque;
- Ter hierarquia de acesso aos conteúdos de informações cadastradas, etapas de processo e a respectiva segurança dos dados.

5. DA CONCENTRAÇÃO E CONSTÂNCIA

5.1. Equipamentos mínimos a serem disponibilizados 24 horas pela Contratada:

- 2 (dois) veículos guincho leve para operação,
- 1 (um) veículo guincho pesado para operação.

6. DO FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES

6.1. Os serviços objeto da contratação deverão funcionar de forma ininterrupta os 365 dias do ano, com exceção ao atendimento ao usuário, e os serviços de suporte ao leilão.

6.2. Os serviços de atendimento ao usuário e o de suporte a leilão funcionarão nos dias úteis das 9:00 as 17:00.

7. DO SISTEMA DE ACIONAMENTO

7.1. A Contratada deverá disponibilizar meio de sistema de transmissão direta da solicitação, por dispositivo móvel tipo smartphone.

8. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITURA E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A fiscalização do cumprimento do contrato caberá ao Município de Vinhedo, e englobará:

- Fiscalizar permanentemente a prestação do serviço concedido;
- Modificar unilateralmente as disposições regulamentares do serviço, para melhor adequação ao interesse público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do contrato;
- Fixar as tarifas da prestação dos serviços; aplicar o reajustamento anual com base na variação IPCA; estimular a eficiência do serviço e a modicidade das tarifas;
- Zelar pela boa qualidade do serviço, receber e apurar queixas e reclamações dos usuários;
- Estimular a associação dos usuários para a defesa de seus interesses relativos ao serviço, inclusive para sua fiscalização;
- Intervir na prestação do serviço retomá-lo e extinguir a contratação, nos casos e nas condições previstos em Lei e no contrato; e
- Aplicar as penalidades legais e contratuais.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá realizar o tratamento, destinação e descarte adequado, sob o aspecto ambiental, usando as técnicas de descontaminação, de acordo com a legislação vigente, dos veículos em estado descarte, esgotados os trâmites para a localização e responsabilização dos proprietários,



incluindo a hasta pública, em área de abrangência, ou no pátio, considerando uma área para esse fim. Essas atividades atenderão especialmente as exigências da Lei Federal nº 12.305/2010 resíduos sólidos, a Lei Federal nº 12.977/2014, desmontagem de veículos automotores terrestres, resolução nº 530/15 a qual regulamenta a lei 12.977, resolução CONAMA nº 362/2005 e alterações, que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como Instrução 01/2013 do IBAMA que regulamenta o Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos.

- Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, cumprindo todas as exigências do edital e termo de referência;
- Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste termo;
- Manter sob sua posse, durante a contratação, veículos em número suficiente e em grau de qualidade exigível na prestação dos serviços, responsabilizando-se pelas substituições, complementações ou adaptações necessárias a obediência à composição da frota;
- Operar os serviços de remoção e guarda dos veículos de acordo com o objeto do edital de contratação durante todo o período de vigência do contrato;
- Guardar, conservar, manter, reparar e remover os veículos de sua frota, incluídos os de reserva, previstos para a operação, observadas as normas técnicas;
- Manter os motoristas oportunamente informados e orientados sobre o funcionamento dos serviços;
- Observar os princípios da continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, bem como, ainda:
- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais;
- Cobrar as tarifas, conforme fixadas na presente licitação e pelo PREFEITURA;
- Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço;
- Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à contratação;
- Manter regularmente escriturados os seus livros contábeis e organizados os arquivos, documentos e anotações, de forma a possibilitar a inspeção, a qualquer momento pelos encarregados da fiscalização;
- Apresentar sempre que exigido pelo agente fiscalizador do PREFEITURA, os dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONTRATADA;
- Oficiar a Secretaria de Defesa e Mobilidade Urbana, ao final de 60 (sessenta) dias a contar da expedição da Guia de Recolhimento de Veículos, solicitando a realização de leilão do veículo não resgatado pelo condutor/proprietário nesse prazo, para pagamento da dívida relativa a multas, tributos, diárias, reboques e encargos legais. O disposto nesse item não se aplica aos veículos recolhidos ao pátio por ordem judicial ou aos que estejam à disposição de autoridade policial, à exceção de expressa autorização conferida pela autoridade judiciária competente;

9.1. Todas as despesas de estadias e remoções, provenientes de apreensão por determinação judicial serão ressarcidos pelos proprietários dos veículos ou deduzindo-se do valor arrecadado o montante das dívidas relativa aos serviços de remoção, estadia, multas, tributos e encargos legais através de hasta pública (leilão).

9.2. Todas as despesas referentes à implantação (serviços de remoção, depósito e guarda de veículos, com subsequente suporte para realização de leilões públicos dos veículos não reclamados no prazo legal),



operação (funcionários e suas respectivas operações trabalhista, material de consumo, etc.) e manutenção decorrente do longo da contratação, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

9.3. Fica expressamente proibida a utilização dos veículos depositados no pátio de recolha por parte dos responsáveis por sua guarda, ou a permissão para que outrem o faça, sob pena de Inquérito Administrativo, sem prejuízo das sanções civis e penais previstas.

9.4. A CONTRATADA, durante toda a vigência do Termo de Contratação, será a única responsável perante a Administração e terceiros pelos atos praticados por si, seus empregados ou prepostos e pelo uso de equipamentos, excluindo o PREFEITURA de quaisquer reclamações e/ou indenizações, sendo de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à responsabilidade civil e ao ressarcimento de todos e quaisquer danos causados, ainda que as respectivas consequências sejam verificadas após o encerramento do presente ajuste.

9.5. Deverá a CONTRATADA prestar contas dos serviços, bem como fornecer informações econômico financeiras e operacionais ao PREFEITURA, obrigando-se, ainda, a publicar as demonstrações financeiras periódicas, nos termos do art. 23, inc. XIV, da Lei nº 8987/1995.

10. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

10.1. Os usuários dos sistemas de vagas Pátio de Remoção e guarda de Veículos terão o direito a:

- Receber o serviço adequado, nos termos do Edital e da proposta vencedora;
- Receber do PREFEITURA e da CONTRATADA todas as informações necessárias para a defesa dos interesses individuais e coletivos;
- Levar ao conhecimento do PREFEITURA e da própria CONTRATADA, as irregularidades que tenha tido conhecimento na prestação dos serviços concedidos;
- Comunicar as autoridades constituídas sobre eventuais atos ilícitos praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos e funcionários;
- Contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhe serão prestados os serviços; e pagar corretamente o valor das tarifas por ocasião do recebimento adequado dos serviços concedidos;

11. DO PAGAMENTO DAS TARIFAS PELO USUÁRIOS

11.1. Não poderá ser cobrado, em hipótese alguma, qualquer valor além dos previstos legalmente para a retirada do veículo do pátio, e, nenhum valor deverá ser pago diretamente à Contratada que deverá afixar aviso ostensivo com essa advertência.

11.2. A cobrança indevida de qualquer valor, pelo pátio, se comprovada, configurará infração, sujeita às sanções previstas na legislação em vigor.

11.3. O pagamento dos valores devidos a título de remoção, estadia e liberação deverão ser realizados apenas nas instituições bancárias, em guias geradas pela Municipalidade.



VINHEDO

PREFEITURA

12. DOS DOCUMENTOS

12.1 Após verificado o atendimento dos critérios de habilitação, a participante detentora do menor valor classificado deverá apresentar no prazo de até 03 (três) meses após a declaração de habilitação da empresa, através de campo próprio, a ser liberado no sistema LicitaVinhedo pelo agente de contratação:

12.1.1 Comprovante de propriedade do imóvel onde serão acondicionados os veículos, sendo que, no caso do imóvel não ser do próprio licitante, deverá ser apresentado o respectivo contrato que conferirá ao contratado o direito de uso da área (compromisso de compra, locação ou qualquer outro instrumento similar), o qual deverá ter a mesma vigência do contrato dos serviços do presente Termo.

12.1.2 O alvará municipal de funcionamento e AVCB (Corpo de Bombeiros) dentro de seu prazo de validade;

7. Execução do Objeto

Os veículos apreendidos serão guinchados e conduzidos para o pátio, ficando aos cuidados da empresa contratada até o momento em que o proprietário, ou condutor, quitar os débitos e fazer as correções no veículo para liberação e retirada.

Prazo de início: em até 3 meses a partir da declaração de habilitação do vencedor da dispensa.

8. Gestão do Contrato: Gestor e Fiscal do Contrato/Ata

Gestor:

Nome: Osmir Aparecido Cruz

Cargo: Secretário de Defesa social e Mobilidade Urbana

Matricula: 3291

Fiscal:

Nome: Claudemir Braz de Araújo

Cargo: Comandante

Matricula: 4325

9. Critério de Medição e Pagamento

No primeiro dia útil imediatamente posterior ao fim do mês de prestação dos serviços, a CONTRATADA enviará medição com as remoções efetivadas durante o período de prestação de serviços para conferência e autorização de emissão de fatura.

Após a autorização, a contratada emitirá nota fiscal, cujo pagamento se fará em até 10 (dez) dias da sua emissão.

- As apreensões serão fiscalizadas a cada 15 (quinze) dias através de relatórios em conjunto ao pátio.

Informando entrada, permanência e saída dos veículos apreendidos.

10. Dotação Orçamentária:

Número: 461

Descrição: Serviço de pessoa jurídica

Exercício: 2024

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valores Sigilosos.

Declaração de adequação orçamentária e financeira

Por todo o exposto, declaro a adequação orçamentária e financeira do presente Pedido de Compras com a LOA e a compatibilidade com o PPA e a LDO, nos termos do Art. 16. Da Lei de Responsabilidade Fiscal, e solicito ao Sr. Prefeito Municipal a autorização para a realização de Pedido de Compras, nos termos da Lei de Regência.



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PARTICIPANTE	
Denominação:	
Endereço:	
CEP:	Telefone: ()
E-mail:	CNPJ nº:
Dados bancários para elaboração de contrato:	
Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____	
Titular: : _____ Cidade da Agência Bancária: _____	

Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que inexistem fatos que impeçam a participação do proponente neste procedimento.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 3 - CAMINHÕES E MICRO-ÔNIBUS	2	UN		
2	REMOÇÃO DE VEÍCULOS DO TIPO 4 - ÔNIBUS E CARRETAS	2	UN		
3	REMOÇÃO VEÍCULOS DO TIPO 1 - VEÍCULOS DE PASSEIO, UTILITÁRIOS E SIMILARES	30	UN		
4	REMOÇÃO VEÍCULOS TIPO 2 - MOTOS, MOTOCLICLOS E SIMILARES	100	UN		
5	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS MOTOS E ASSEMBELHADOS	300	DIÁRIA		
6	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS PESADOS	5	DIÁRIA		
7	SERVIÇO DE ESTADIA - PÁTIO VEÍCULOS UTILITÁRIOS	100	DIÁRIA		
VALOR TOTAL					

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

DECLARAMOS QUE ACEITAMOS TODAS AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E NOS ANEXOS DA DISPENSA ELETRÔNICA

DECLARO que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros, embalagens, tributos, transportes, cargas, encargos sociais, materiais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, despesas administrativas, seguros, fretes,



VINHEDO

P R E F E I T U R A

lucros e todas as demais despesas diretas ou indiretas que forem necessárias, decorrentes dos fornecimentos do objeto da presente dispensa.

Vinhedo/SP, _____ de _____ de 2024.

(Assinatura)
(Nome do representante legal)



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICO Nº 054/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 5.860/2024

OBJETO: Contratação de empresa para serviço de remoção e guarda de veículos nos logradouros públicos e vias do Município de Vinhedo, conforme Termo de Referência e demais anexos.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DA VINHEDO

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de participação no Dispensa Eletrônico supramencionado, que os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital, foram digitalizados dos seus originais, exceto aqueles extraídos da INTERNET, responsabilizando-nos pela veracidade da documentação apresentada.

Vinhedo, _____ de _____ de 2024

Representante Legal



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

CONTRATADA:

CONTRATO Nº XX/2024

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 054/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.860/2024

SECRETARIA REQUISITANTE: DEFESA SOCIAL E MOBILIDADE URBANA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Vinhedo/SP, em XX de XX de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE e ORDENADOR DE DESPESAS

Nome e Cargo: **Dario Pacheco de Moraes** – Prefeito Municipal

CPF: 600.060.568-49

Assinatura: _____

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME e ASSINATURA DO AJUSTE

Nome e Cargo: **Dario Pacheco de Moraes** – Prefeito Municipal

CPF: 600.060.568-49

Assinatura: _____

CONTRATADA

Nome e cargo:

CPF:

E-mail institucional:

Assinatura: _____



VINHEDO

PREFEITURA

GESTOR DO CONTRATO

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal
Contratual

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Agente de
Contratação

Nome e Cargo:

CPF:

Assinatura:



VINHEDO

PREFEITURA

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

CNPJ Nº: 46.446.696/0001-85

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS E VIAS DO MUNICÍPIO DE VINHEDO, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

VALOR (R\$): XXXX,XX (XXXX).

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro.
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todosos seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foicontemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Vinhedo/SP, em XX de XXXX de 2024.

RESPONSÁVEL:

Nome: **Dario Pacheco de Moraes**

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 600.060.568-49

E-mail: brochetto.ana@vinhedo.sp.gov.br

Assinatura: _____



ANEXO VI- CONTRATO Nº XX/2024

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VINHEDO E _____

O **MUNICÍPIO DE VINHEDO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.446.696/0001-85, neste ato representada pelo Senhor Prefeito Municipal **DARIO PACHECO DE MORAIS**, brasileiro, casado, médico, portador da cédula de identidade RG nº 3743006-3 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 600.060.568-49, residente e domiciliado na Rua Pompéia, nº 670, Condomínio Estância Marambaia, no município de Vinhedo, Estado de São Paulo, CEP 13.287-064, doravante designado **PREFEITURA**, e de outro lado a pessoa jurídica de direito privado a empresa **PREFEITURA**, e, de outro lado, a pessoa jurídica de direito privado a empresa _____, situada na _____, nº _____, Bairro _____, no município de _____, Estado de _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº 00.000.000/0000-00, neste ato representada por seu _____, Sr.(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, consoante **Processo Administrativo nº 5.860/2024** e autorização na **Dispensa Eletrônica nº 054/2024**, têm entre si certo e avençado, as cláusulas e condições que, mutuamente, aceitam e se outorgam, a saber:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para XXXXXXXX, de acordo com o Anexo I - Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO

- 2.1. A execução do contrato, bem como a prestação de serviço deverá ocorrer conforme exposto no Anexo I - Termo de Referência.
- 2.2. Deverão ser prestados de acordo com as especificações, quantidades e unidades constantes no quadro de especificações.
- 2.3. A empresa deverá atentar para a qualidade do serviço prestado, material utilizado para perfeita execução do objeto, bem como o fiel atendimento aos requisitos constantes neste Anexo I - Termo de Referência, pois somente serão aceitos o(s) objeto(s) dentro dos parâmetros solicitados, que atendam aos padrões exigidos, e que forem entregues dentro do prazo estabelecido.
- 2.4. Fica assegurado à **PREFEITURA** o direito de rejeitar, no todo ou em partes, os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas no aviso de dispensa citado no preâmbulo e seus anexos sem o prejuízo das penalidades cabíveis, ficando a contratada obrigada a reposição e/ou refazimento dos serviços irregulares ou em desconformidade no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme apontado pela Secretaria Requisitante, sem ônus para a **PREFEITURA**.
- 2.5. O recebimento do(s) serviço(s) se dará definitivamente e integralmente, somente após verificação de sua conformidade com as especificações qualitativas e quantitativas e consequente aceitação pelo setor responsável, no prazo máximo de até 03 (três) dias corridos, contados após o recebimento provisório.
- 2.6. A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 2.7. Serão de responsabilidade da contratada todos os serviços correlatos essenciais para a execução do objeto desta presente dispensa de licitação.
- 2.8. O serviço recusado será considerado como não prestado e os custos de reparação, e, ou, refazimento, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da vencedora.
- 2.9. Caso a **CONTRATADA** não cumprir o prazo de entrega sem justificativa formal aceita pela **CONTRATANTE**, decairá seu direito de execução, sujeitando-se as penalidades previstas em lei.
- 2.10. Não será possível o recebimento do objeto prestado que, no ato da entrega, não estiverem acompanhados da sua respectiva Nota Fiscal.
- 2.11. A descrição dos itens na Nota Fiscal deverá estar de acordo com a descrição constante na Autorização de Serviço.
- 2.12. Ocorrendo qualquer problema, a contratada deverá comunicar imediatamente por escrito à **PREFEITURA**.



VINHEDO

PREFEITURA

- 2.13. Correrão por conta da **CONTRATADA** todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, tais como, materiais, mão de obra, embalagens, transportes, seguros, cargas, descargas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, hospedagem, alimentação, fretes, diárias, custos e benefícios, taxas, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas decorrentes dos fornecimentos do objeto do presente, não se responsabilizando a **PREFEITURA** sob nenhuma delas.
- 2.14. O objeto se estiver de acordo com o edital e a proposta, será recebido:
- 2.14.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação do(s) objeto(s) entregue(s) com as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), e similaridade;
- 2.14.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) serviço(s) e consequente aceitação pelo Setor Competente. A entrega do objeto pela **CONTRATADA** e seu recebimento pela Secretaria requisitante não implicam sua aceitação definitiva, que será efetivada apenas após a atestação da nota fiscal correspondente. A empresa vencedora do certame obriga-se a entregar o(s) serviço(s) de acordo estritamente com as especificações do Termo de Referência (Anexo I), sendo de sua inteira responsabilidade a substituição do mesmo quando constatado na sua execução não estar em conformidade com as especificações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1. Cumprir o prazo fixado para realização dos pagamentos.
- 3.2. Permitir acesso dos funcionários da **CONTRATADA** aos locais necessários para realização do objeto do presente.
- 3.3. Comunicar a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade, imperfeições, falhas na execução da prestação de serviços.
- 3.4. Receber os serviços entregues pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 3.5. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 3.6. Comunicar à **CONTRATADA** todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do objeto contratado.
- 3.7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

4. CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1. Realizar as entregas e prestar os serviços do presente, nas condições previstas no edital da dispensa eletrônica nº 054/2024 e em seus anexos, de acordo com sua proposta de preços.
- 4.2. Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato.
- 4.3. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, o presente contrato a terceiros, sob pena de rescisão.
- 4.4. Responsabilizar-se pelas operações de transportes, cargas, descargas e demais necessárias.
- 4.5. Manter durante toda a execução deste contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigida na dispensa de licitação, apresentando documentação revalidada se algum documento perder a validade.
- 4.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.
- 4.7. Seguir todos os elementos descritos no Termo de Referência (Anexo I).
- 4.8. Ser responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e todos os demais que forem constantes das demais disposições legais, referentes aos seus empregados, não havendo vínculo empregatício entre seus empregados e a **PREFEITURA**.
- 4.8.1. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à **PREFEITURA**, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, autorizando a **PREFEITURA** a descontar dos pagamentos a serem realizados os valores referentes aos tributos legais, que incidam ou venham a incidir, sobre o objeto do presente.
- 4.9. Pagar todos os tributos incidentes, ou que venham a incidir sobre o objeto do presente, i.e., impostos, taxas e contribuições, federais, estaduais ou municipais e demais necessárias para a plena e total execução deste instrumento contratual.



VINHEDO

PREFEITURA

- 4.10. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados direto e indiretamente à **PREFEITURA** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na realização dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por representante da **PREFEITURA**.
- 4.11. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 4.12. No preço global deverá estar incluso todos os custos diretos e indiretos, inclusive com transporte, encargos da legislação social, trabalhista, tributária e previdenciária, bem como a responsabilidade civil por qualquer dano causado à terceiros.
- 4.13. Todos os tributos incidentes sobre a execução do serviço, objeto deste contrato, legalmente atribuíveis à **CONTRATADA** serão por ela pagos e seus respectivos comprovantes apresentados à **CONTRATANTE**, sempre que exigidos.
- 4.14. A **CONTRATANTE** estará livre de responder por obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, junto a terceiros, visando o fornecimento do equipamento ora ajustados.
- 4.15. A **CONTRATADA** ao longo de toda a execução do contrato deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

5. CLÁUSULA QUINTA: DOS PREÇOS, DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1. Os preços para a realização dos serviços objeto deste contrato são os apresentados na Proposta da **CONTRATADA**, a saber:

Item	Cód	Qtde	Unid	Descrição/especificação	\$ Unit	\$ Total

- 5.1.1. O valor resultante da aplicação dos preços unitários às quantidades executadas constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração para realização dos serviços objeto do presente contrato;
- 5.1.2. Os preços unitários, totais e globais incluem, além dos lucros, todas as despesas e custos, como por exemplo, materiais, mão de obra operacional e técnica, treinamentos, manutenções, instalações, equipamentos, embalagens, transportes, seguros, cargas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, saúde, hospedagens, segurança pessoal, alimentação, fretes, diárias, custos e benefícios, taxas, tributos e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas relacionadas com a prestação de serviços objeto do presente contrato, não se responsabilizando a **PREFEITURA** sob nenhuma delas.
- 5.2. O valor total do objeto deste contrato será de **R\$ 00,00** (escrever valor total, por extenso).
- 5.3. Para fazer frente às despesas do contrato, existem recursos reservados, onerando a **dotação orçamentária nº _____**, **ficha ____/2024**, **fonte ____**, no presente exercício. Caso seja necessário, nova dotação orçamentária será feita no exercício financeiro seguinte.
- 5.4. A Secretaria de Finanças e Economia da **PREFEITURA** efetuará o pagamento a **CONTRATADA** no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), após conferência e certificação das Notas Fiscais realizada pela Secretaria Requisitante, mediante depósito bancário na conta informada abaixo:
- Banco _____ (____), Agência _____, conta corrente nº _____.
- 5.5. Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/2011 ficam obrigados a emitir NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- 5.5.1. Havendo erro na NF-e ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da NF-e será suspensa para que a **CONTRATADA** adote as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da NF-e.
- 5.5.2. A **CONTRATADA** deverá enviar o arquivo da nota fiscal eletrônica em formato XML para o endereço eletrônico, nfeornecedor@vinhedo.sp.gov.br, indicando, necessariamente, no campo "Assunto": XXXXXX (variável) = correspondente ao número da nota fiscal com 06 dígitos; NNN (variável) = correspondente às iniciais dos três primeiros nomes do fornecedor e XMLNFE (fixo), no formato XXXXXXNNNMLNFE.



VINHEDO

PREFEITURA

- 5.5.3.** O pagamento deverá estar condicionado, também, à correta inserção, no corpo da NF-e ou no campo "Observações do Contribuinte", dos dados necessários à identificação da origem da despesa, conforme o caso, indicando, (quando se aplicar) o número da Autorização de Fornecimento (AF) e/ou nota empenho, número do contrato, número processo de dispensa de licitação, número do Convênio ou OGU, objeto do convênio ou OGU, base de cálculo do INSS, base de cálculo do IR.
- 5.5.4.** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.
- 5.5.5.** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente nesta **PREFEITURA**.
- 5.5.6.** Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitada a **CONTRATADA**, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta **PREFEITURA** no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.5.7.** Caso a **CONTRATADA** não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua apresentação.
- 5.6.** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, ou financeira municipal que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 5.7.** Quaisquer pagamentos não isentarão a **CONTRATADA** das responsabilidades contratuais.
- 5.8.** Em caso de atraso do pagamento, por parte da **PREFEITURA**, em favor da **CONTRATADA**, esta terá direito ao pagamento acrescido da variação do IPCA/IBGE, desde a data prevista para o pagamento da parcela até a data do efetivo pagamento, conforme constante na legislação de vigência, desde que requerido pela interessada.

6. CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE DOS PREÇOS

- 6.1.** A periodicidade do reajustamento dos preços será anual, sendo que o primeiro reajustamento dar-se-á 12 (doze) meses da data da proposta, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), ou outro índice governamental que for adotado em sua substituição, de comum acordo entre as partes, mediante protocolo formalizado através de processo administrativo.
- 6.2.** Fica, todavia, ressalvada a possibilidade de revisão contratual, de acordo com a variação oficial de preços, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, prejudiciais à execução do contrato, de efeitos extraordinários (álea econômica extraordinária e extracontratual), a qual deverá ser protocolada no Serviço de Atendimento ao Cidadão - Seção de Protocolo Geral da **PREFEITURA**, localizado na Rua Monteiro de Barros, nº 17, esquina com a Rua Jundiá, Centro, no município de Vinhedo/SP, das 11h00min às 16h00min. (expediente bancário do município), aos cuidados do Setor de Licitações e dirigidos ao Prefeito Municipal de Vinhedo.

7. CLAÚSULA SÉTIMA: PRAZOS CONTRATUAIS

- 7.1.** O prazo de vigência do presente Contrato será 12 (doze) meses a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.
- 7.2.** A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da Administração não gerará à **CONTRATADA**, direito a qualquer espécie de indenização.

8. CLÁUSULA OITAVA: DIREITOS, OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

- 8.1.** Ficam assegurados, à **CONTRATANTE**, os direitos previstos no artigo 115, da Lei Federal nº 14.133/21, ficando certo que a inexecução total ou parcial do Termo, por parte da **CONTRATADA**, poderá ensejar a sua rescisão.
- 8.2.** Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal n. 14.133/21 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública (durante os prazos indicados abaixo), sem prejuízo das demais cominações legais, a licitante que cometer as seguintes faltas:
- 8.2.1.** Impedimento de 03 (três) a 06 (seis) anos: apresentar declaração documentação falsa, fraudar a dispensa de licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os



VINHEDO

PREFEITURA

objetivos da dispensa de licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013;

8.2.2. Impedimento de até 03 (três) anos: dar causa à inexecução parcial do Contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; dar causa à inexecução total do Contrato; deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não assinar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para celebrar o Instrumento Contratual, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado. Aplica-se também, no que couberem, as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.

8.3. As importâncias correspondentes às multas que forem impostas à **CONTRATADA** incidirão sempre sobre os valores residuais do Contrato.

8.4. Não havendo pagamento a fazer à **CONTRATADA**, serão as multas e outros débitos inscritos na Dívida Ativa para cobrança executiva.

8.5. Fica a **CONTRATADA** assegurada de acordo com o disposto no art. 137, § 2º inciso IV da Lei Federal 14.133/21.

9. CLÁUSULA NONA: EXTINÇÃO E SANÇÕES

9.1. A recusa da empresa vencedora em assinar o Instrumento Contratual sujeita à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no § 5º do artigo 89 da Lei nº 14.133/21.

9.2. Pela inexecução total da obrigação objeto da dispensa de licitação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Fornecimento (AF).

9.3. Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento (AF);

9.4. O atraso na entrega do objeto sujeitará a empresa vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da Autorização de Fornecimento por dia de atraso, até o 15º (décimo quinto) dia, após o que, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do ajuste, conforme o momento da autorização de fornecimento, se o caso.

9.5. O descumprimento do prazo de 02 (dois) dias úteis, para reposição dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Edital, para entrega da quantidade faltante de mercadoria solicitada pela Administração e para substituição da Nota Fiscal emitida com falhas, conforme previsto nos devidos itens deste Edital, acarretará a aplicação de multa diária equivalente a 1% (um por cento) do valor da Autorização de Fornecimento.

9.6. A não observância das quantidades solicitadas pela Administração na Autorização de Fornecimento sujeitará a empresa vencedora a multa no valor de 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

9.7. O fornecimento do objeto em desacordo com as especificações constantes do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no edital, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de 10% (dez por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo da substituição do objeto e demais sanções aplicáveis.

9.8. Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.

9.9. As multas são independentes e não eximem a **CONTRATADA** da plena execução do objeto contratado.

9.10. Eventual atraso no pagamento à **CONTRATADA** acarretará a **CONTRATANTE**, no pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e juros de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, limitando em 30 dias.

9.11. As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à **CONTRATADA**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da intimação do ato, a qual deverá obrigatoriamente, ser protocolada no Serviço de Atendimento ao Cidadão - Seção de Protocolo Geral da PREFEITURA, localizado na Rua Monteiro de Barros, nº 17, esquina com a Rua Jundiá, Centro, no município de Vinhedo/SP, das 11h00min às 16h00min. (expediente bancário do município), aos cuidados do Setor de Licitações e dirigidos ao Prefeito Municipal de Vinhedo.



VINHEDO

PREFEITURA

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1.** São partes integrantes do presente Contrato, o Termo de Ciência e de Notificação e Declaração de Documentos à Disposição do TCE-SP.
- 10.2.** Os casos omissos serão solucionados entre as partes contratantes, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal 341/2023.
- 10.3.** A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer conforme preceitua o art. 94, da Lei Federal nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

- 11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Vinhedo (SP), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Por estarem assim justas e contratadas, com todas as cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente contrato, que é feito em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, que também assim, devendo a **CONTRATANTE**, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa oficial, do extrato do contrato, a teor do § 1º do artigo 89 da Lei Federal nº 14.133/21, tudo para que o ato produza seus jurídicos e legais efeitos. **NADA MAIS.**

Vinhedo/SP, em __ de _____ de 2024.

DARIO PACHECO DE MORAIS
Prefeito Municipal

RESPONSÁVEL
EMPRESA

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO

RG nº _____

NOME COMPLETO

RG Nº _____